

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

TEMA 1: SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS

Questão 1) São características do sistema inquisitório, **EXCETO**:

- a) inexistência de contraditório pleno.
- b) gestão da prova nas mãos das partes.**
- c) aglutinação de funções nas mãos do juiz.
- d) parcialidade do juiz.

Questão 2) Uma reforma que pretenda incorporar traços do sistema acusatório na legislação processual penal vigente deve orientar-se no sentido de:

- a) concentrar a gestão da prova na pessoa do juiz.
- b) ampliar os espaços de oralidade nos atos processuais.**
- c) impor a taxatividade das provas.
- d) limitar a publicidade dos atos processuais.

TEMA 02: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS PENAIS.

Questão 3) Leia a frase a seguir e a partir dos respectivos conteúdos responda: "A metafísica do direito penal propriamente dita é destinada a proteger os culpados dos excessos da autoridade social; a metafísica do direito processual tem por missão proteger dos abusos e dos erros da autoridade todos os cidadãos inocentes e honestos" (Francesco Carrara).

Qual princípio a seguir melhor sintetiza o conteúdo, as ideias e as preocupações acima expostas?

- a) presunção de inocência.**
- b) princípio da verdade real.
- b) princípio da publicidade.
- c) princípio da ampla defesa e contraditório.
- d) princípio da intranscendência.

Questão 4) Assinale a alternativa correta:

a) o uso de algemas só é lícito em casos de resistência, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do estado.

b) é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova, inclusive de diligências em andamento e ainda não documentadas, de procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária que digam respeito ao exercício do direito de defesa.

c) o princípio do *nemo tenetur se detegere* torna atípica a conduta de atribuir-se falsa identidade perante a autoridade policial, quando em alegação à autodefesa.

d) do princípio da presunção da não-culpabilidade decorre o direito do preso ser informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

Questão 5) Acerca de princípios processuais constitucionais, assinale a opção correta.

a) conforme o atual entendimento do STF é possível que o réu condenado em 2ª instância seja obrigado a iniciar o cumprimento da pena mesmo sem ter havido ainda o trânsito em julgado.

b) os princípios da proporcionalidade e do juiz natural significam que havendo duas interpretações acerca de determinado tema, deve-se optar pela mais benéfica, se a prova colhida gerar dúvida quanto à autoria, o réu deve ser absolvido.

c) fere os princípios do contraditório e da ampla defesa a não intimação da defesa acerca da expedição de carta precatória para oitiva de testemunha arrolada residente em outra comarca.

d) Fere o princípio da vedação de provas ilícitas a apreensão, sem prévia autorização judicial de busca, de substância entorpecente na residência de investigado por associação criminosa para o tráfico ilícito de drogas.

Questão 6) Não se trata de garantia processual expressa na Constituição da República:

- a) a liberdade provisória.
- b) a identificação do responsável pelo interrogatório policial.
- c) a publicidade.
- d) o duplo grau de jurisdição.

Questão 7) Em relação às garantias do acusado no processo penal, é correto afirmar que:

- a) o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- b) a prisão de qualquer pessoa, mas não o local onde se encontre presa, será comunicada imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- c) o preso tem direito à identificação dos responsáveis pela sua prisão, mas não por seu interrogatório policial.
- d) em nenhuma hipótese se admite ação penal privada nos crimes de ação pública.

TEMA 03: APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.

Questão 8) Acerca da aplicação de lei processual penal no espaço, assinale a alternativa incorreta:

- a) enquanto à lei penal aplica-se o princípio da territorialidade e da extraterritorialidade condicionada e incondicionada, o Código de Processo Penal, em regra, aplica o princípio da territorialidade.

b) não se aplicam as normas do Código de Processo Penal aos casos previstos em tratados, convenções e regras de direito internacional, aos processos da competência da Justiça Militar e nos crimes de responsabilidade do Presidente da República e de outras autoridades.

c) aplica-se a lei processual estrangeira aos atos referentes às relações jurisdicionais com autoridades estrangeiras que devam ser praticados no Brasil, tais como o cumprimento de cartas rogatórias e homologação de sentença estrangeira.

d) o Brasil se submete à Jurisdição do Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Questão 9) Sobre sua aplicação no tempo, a norma processual penal:

a) tem aplicação imediata, sem prejuízo dos atos realizados sob a vigência de lei anterior.

b) somente pode ser aplicada a processos iniciados sob sua vigência.

d) tem aplicação imediata, devendo ser declarados inválidos os atos praticados sob a vigência de lei anterior, os quais devem ser renovados.

d) híbrida produz efeitos de retroatividade e ultratividade tanto no aspecto material quanto processual.

Questão 10) Em relação à interpretação e integração, lei processual penal admite:

a) apenas aplicação analógica e o suplemento dos princípios gerais de direito.

b) interpretação extensiva sem aplicação da analogia.

c) interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

d) apenas aplicação literal do texto legal.

TEMA 04: IMUNIDADES PROCESSUAIS PENAIS.

Questão 11) Em relações às imunidades processuais penais do Presidente da República e Governadores, marque a alternativa correta:

- a) nos crimes comuns, apresentada a denúncia ou queixa-crime contra o Presidente da República, será ele submetido a imediato julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) segundo o entendimento do STF, a instauração de Ação Penal por crime comum contra Governadores depende de prévia deliberação da respectiva Assembleia Legislativa.
- c) o Presidente da República, nas infrações comuns, está sujeito à prisão cautelar.
- d) o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Questão 12) Acerca das imunidades processuais penais de Deputados e Senadores, marque a alternativa Incorreta, tendo por base a legislação vigente e o entendimento do STF.

- a) os membros do Congresso Nacional, desde a expedição do diploma, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- b) a Assembleia Legislativa pode rejeitar a prisão preventiva e as medidas cautelares impostas pelo Poder Judiciário contra Deputados Estaduais.
- c) recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido antes da diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

d) os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Questão 13) Marque a alternativa incorreta:

a) o Chefe de Estado estrangeiro, de governo estrangeiro, suas famílias e membros das comitivas, embaixadores e suas famílias, funcionários estrangeiros do corpo diplomático e suas famílias gozam de imunidade prisional no país em que exercem suas atividades.

b) quanto ao Cônsul, este só goza de imunidade em relação aos crimes funcionais.

c) por motivos ligados ao exercício da função, advogados somente poderão ser presos em flagrante em caso de crime inafiançável, assegurada, nesse caso, a presença de representantes da OAB para a lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade, e nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB.

d) os Membros do Ministério Público e do Poder Judiciário só podem ser presos mediante ordem judicial escrita e fundamentada, salvo em caso de crimes inafiançáveis, caso em que a Autoridade Policial fará a comunicação e apresentação ao Juízo da Comarca em que ocorreu a prisão.

TEMA 05: INQUÉRITO POLICIAL

Questão 14) Sobre os aspectos gerais do Inquérito Policial, marque a alternativa incorreta:

a) em relação à natureza jurídica, o inquérito policial é um procedimento de índole administrativa.

b) sendo o inquérito policial destinado a embasar a *opinio delicti* do titular da ação penal, a Autoridade Policial, ao concluir a investigação, fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao Promotor de Justiça competente.

c) o inquérito Policial tem valor probatório relativo e eventuais vícios, em regra, não contaminam a futura ação penal.

d) o prazo de conclusão do Inquérito Policial é de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou de 30 dias, quando estiver solto.

Questão 15) Assinale a alternativa cujo conteúdo não corresponde às características do Inquérito Policial:

a) discricionariedade e inquisitivo.

b) disponível e indispensável.

c) escrito e sigiloso.

d) oficialidade e oficiosidade.

Questão 16) Quando o inquérito policial é instaurado a partir de um auto de prisão em flagrante delito, diz-se haver:

a) *notitia criminis* inqualificada.

b) *notitia criminis* de cognição mediata.

c) *notitia criminis* de cognição imediata.

d) *notitia criminis* de cognição coercitiva.

Questão 17) Tendo por base a legislação vigente, sobre o Inquérito Policial é correto afirmar:

a) nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício, mediante requerimento da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou mediante requisição do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

b) o Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial para novas diligências quando entender oportuno e conveniente

c) o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.

d) a incomunicabilidade do indiciado, que não excederá de 03 (três) dias, será decretada por decisão da autoridade policial e comunicada ao juiz e ao ministério público.

Questão 18) Assinale a alternativa correta, tendo por base os aspectos atinentes à investigação criminal.

a) em se tratando investigação relacionada ao Tráfico de Pessoas o acesso às informações armazenadas pelas empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos dependem de autorização judicial, porém caso o Poder Judiciário não delibere no prazo de 12 horas após a provocação, o membro do Ministério Público ou a Autoridade Policial podem requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática tais informações.

b) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela Autoridade Policial.

c) quando o fato for de difícil elucidação, independentemente de o indiciado estiver solto ou preso, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

d) para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a Autoridade Policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.

Questão 19) Sobre a investigação preliminar e tendo em vista o entendimento sedimentado pelos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

a) a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

b) segundo decidiu o STF, os autos do inquérito policial, inclusive no tocante às diligências ainda em curso, devem, obrigatoriamente, ser publicizados ao advogado constituído pelo acusado, ainda que decretado o sigilo do

procedimento, em face das prerrogativas estabelecidas no Estatuto da OAB (Lei 8.906/94).

c) o inquérito policial pode ser arquivado pela autoridade policial, que exercerá juízo de oportunidade e conveniência sobre a decisão, em razão do caráter administrativo do procedimento.

d) não obstante seu caráter inquisitivo, não se impondo, regra geral, o exercício do contraditório e da ampla defesa no curso do inquérito, as provas cuja repetição em juízo seja impossível podem vir a ser admitidas na ação penal subsequente, sob o crivo do chamado "contraditório diferido".

Questão 20) Tendo por base a jurisprudência pacificada dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

a) arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, a ação penal pode ser iniciada, independentemente de haver novas provas

b) o poder de polícia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em caso de crime cometido nas suas dependências, não compreende a prisão em flagrante do acusado e a realização do inquérito.

c) a atividade investigativa, em caso de crimes comuns, é privativa da Polícia Judiciária, não tendo o Ministério Público tal atribuição.

d) o inquérito policial não pode ser instaurado, de imediato, com base em denúncia anônima isoladamente considerada, sendo exigida a realização de diligências preliminares para confirmar as informações iniciais.

Questão 21) O Delegado de Polícia, ao tomar conhecimento de um suposto crime de ação penal pública incondicionada, determina, de ofício, a instauração de inquérito policial. Após adotar diligência, verifica que, na realidade, a conduta investigada era atípica. O indiciado, então, pretende o arquivamento do inquérito e procura seu advogado para esclarecimentos, informando que deseja que o inquérito seja imediatamente arquivado. Considerando as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que a autoridade policial:

a) deverá arquivar imediatamente o inquérito, fazendo a decisão de arquivamento por atipicidade coisa julgada material.

b) poderá elaborar relatório conclusivo, mas a promoção de arquivamento caberá ao Ministério Público, havendo coisa julgada em caso de homologação do arquivamento por atipicidade.

c) não poderá arquivar imediatamente o inquérito, mas deverá encaminhar relatório final ao Poder Judiciário para arquivamento direto e imediato por parte do magistrado.

d) deverá elaborar relatório final de inquérito e, após o arquivamento, poderá proceder a novos atos de investigação, independentemente da existência de provas novas.

Questão 22) Maria, 15 anos de idade, comparece à Delegacia em janeiro de 2020, acompanhada de seu pai, e narra que João, 20 anos, mediante grave ameaça, teria lhe constrangido a manter com ele relação sexual. Instaurado o inquérito policial para apurar o crime de estupro, todas as testemunhas e João afirmaram que a relação foi consentida por Maria, razão pela qual, após promoção do Ministério Público pelo arquivamento por falta de justa causa, o juiz homologou o arquivamento com base no fundamento apresentado. Dois meses após o arquivamento, uma colega de classe de Maria a procura e diz que teve medo de contar antes a qualquer pessoa, mas em seu celular havia filmagem do ato sexual entre Maria e João, sendo que no vídeo ficava demonstrado o emprego de grave ameaça por parte deste. Maria, então, entrega o vídeo ao advogado da família. Considerando a situação narrada, o advogado de Maria:

a) nada poderá fazer sob o ponto de vista criminal, tendo em vista que a decisão de arquivamento fez coisa julgada material.

b) poderá apresentar o vídeo ao Ministério Público, sendo possível o desarquivamento do inquérito ou oferecimento de denúncia por parte do Promotor de Justiça, em razão da existência de prova nova.

c) nada poderá fazer sob o ponto de vista criminal, tendo em vista que, apesar de a decisão de arquivamento não ter feito coisa julgada material, o vídeo não poderá ser considerado prova nova, já que existia antes do arquivamento do inquérito.

d) poderá iniciar, de imediato, ação penal privada subsidiária da pública em razão da omissão do Ministério Público no oferecimento de denúncia em momento anterior.

Questão 23) Sobre o acordo de não persecução penal assinale a alternativa incorreta:

a) não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal.

c) a proposta de acordo de não persecução penal, se aceita por seu advogado e defensor, será submetida à apreciação judicial para fins de homologação, sendo designada específica para tal fim onde será avaliada a voluntariedade do investigado, por meio de sua oitiva, e a legalidade do ato.

c) para aferição da pena mínima cominada ao delito sobre o qual se analisa a possibilidade de realizar o acordo de não persecução penal, não serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.

d) no caso de recusa, por parte do membro do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos ao órgão superior de revisão do Ministério Público.

TEMA 06: AÇÃO PENAL. 6.1 DENÚNCIA, QUEIXA-CRIME E REPRESENTAÇÃO. 6.2. ESPÉCIES DE AÇÃO PENAL.

Questão 24) A respeito da ação penal pública e privada, marque a alternativa incorreta:

- a) a Obrigatoriedade, Indisponibilidade, Divisibilidade são princípios da Ação Penal Pública.
- b) o instituto da Representação tem natureza jurídica de prosseguibilidade.
- c) a ação Penal Privada subdivide-se exclusiva e personalíssima.
- d) são Princípios da Ação Penal Privada: Oportunidade ou Conveniência, Disponibilidade e Indivisibilidade.

Questão 25) Acerca da ação penal pública condicionada à representação, assinale a opção correta.

- a) os delitos que se processam mediante ação penal pública condicionada à representação contemplam expressamente essa previsão no texto legal.
- b) opera-se a decadência da ação penal condicionada à representação se o direito de representar não for exercido no prazo de seis meses, a contar da data do fato criminoso.
- c) o ofendido pode, a qualquer tempo, exercer o direito de se retratar da representação, sendo a extinção da punibilidade sem resolução de mérito o efeito da retratação.
- d) a irretratabilidade da representação inicia-se com a instauração do inquérito policial.

Questão 26) Oferecendo o ofendido ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público, nos exatos termos do art. 29 do CPP:

- a) perde interesse processual e deixa de intervir nos autos.
- b) pode intervir em todos os termos do processo, contudo, sem capacidade recursal.

c) perde a possibilidade de representar pelo arquivamento do inquérito e não pode repudiar a queixa.

d) pode aditar a queixa.

Questão 27) João sofreu calúnia, mas veio a falecer dentro do prazo decadencial de seis meses, antes de ajuizar ação contra o ofensor. Ele não tinha filhos e mantinha um relacionamento homoafetivo com Márcio, em união estável reconhecida. João era filho único e tinha como parente próximo sua mãe. Nessa situação hipotética, o ajuizamento de ação pelo crime de calúnia:

a) somente poderá ser promovido pela mãe de João.

b) poderá ser realizado pelo Ministério Público.

c) poderá ser realizado por Márcio.

d) não é cabível, haja vista a morte de João.

Questão 28) Tiago, funcionário público, foi vítima de crime de difamação em razão de suas funções. Após Tiago demonstrar interesse em ver o autor do fato responsabilizado, é instaurado inquérito policial, no qual a Autoridade Policial concluiu pela prática delitiva da difamação, majorada por ser contra funcionário público em razão de suas funções, bem como identifica João como autor do delito. O advogado de Tiago, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, deverá esclarecer que:

a) caberá ao Ministério Público oferecer denúncia em face de João após representação do ofendido, mas Tiago não poderá optar por oferecer queixa-crime.

b) caberá a Tiago, assistido por seu advogado, oferecer queixa-crime, não podendo o ofendido optar por oferecer representação para o Ministério Público apresentar denúncia.

c) Tiago poderá optar por oferecer queixa-crime, assistido por advogado, ou oferecer representação ao Ministério Público, para que seja analisada a possibilidade de oferecimento de denúncia.

d) caberá ao Ministério Público oferecer denúncia, independentemente de representação do ofendido.

Questão 29) Acerca da Ação Penal, é correto afirmar:

a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa decairá ou será extinta a ação se já houver uma em curso.

b) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, só a este se aproveitará.

c) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará somente a este, o qual terá direito de recusa.

d) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem, ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.

Questão 30) Em relação à Denúncia e à Queixa assinale a alternativa incorreta:

a) a queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal.

b) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, se houver devolução do inquérito à autoridade policial, contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos.

c) A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais

se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

d) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.

Questão 31) Assinale a alternativa correta:

a) no caso de pluralidade de autores, a queixa contra qualquer um não obrigará ao processo de todos;

b) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estende aos demais; e o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

c) a renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada, extinguem a punibilidade.

d) A renúncia e perdão devem ser expressos, não sendo admitidos de forma tácita.

Questão 32) Lívia, insatisfeita com o fim do relacionamento amoroso com Pedro, vai até a casa deste na companhia da amiga Carla e ambas começam a quebrar todos os porta-retratos da residência nos quais estavam expostas fotos da nova namorada de Pedro. Quando descobre os fatos, Pedro procura um advogado, que esclarece a natureza privada da ação criminal pela prática do crime de dano. Diante disso, Pedro opta por propor queixa-crime em face de Carla pela prática do crime de dano (Art. 163, caput, do Código Penal), já que nunca mantiveram boa relação e ele tinha conhecimento de que ela era reincidente, mas, quanto a Lívia, liga para ela e diz que nada fará, pedindo, apenas, que o fato não se repita. Apesar da decisão de Pedro, Lívia fica preocupada quanto à possibilidade de ele mudar de opinião, razão pela qual contrata um advogado junto com Carla para consultoria jurídica.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que ocorreu:

a) renúncia em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime não deve ser recebida em relação a Carla.

b) renúncia em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime deve ser recebida apenas em relação a Carla.

c) perempção em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime deve ser recebida apenas em relação a Carla.

d) perdão do ofendido em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime deve ser recebida apenas em relação a Carla.

Questão 33) João ofereceu queixa-crime em face de José, imputando-lhe a prática do crime de calúnia majorada. No curso da instrução, após recebimento da queixa-crime, João não compareceu para dar prosseguimento ao feito, sendo certificado pelo oficial de justiça que não foi possível intimar João pelo fato de a área de sua residência ser de risco. O Ministério Público, na qualidade de *custos legis*, através de seus próprios servidores, auxiliou o Oficial de Justiça e foi realizada a intimação do querelante para dar prosseguimento ao feito e informando sobre a data da audiência designada. Passados 30 (trinta) dias, João manteve-se inerte e não compareceu à audiência de instrução e julgamento.

Considerando apenas os fatos narrados, é correto afirmar que:

a) o reconhecimento da extinção da punibilidade em razão do perdão do ofendido ocorrido depende de requerimento do Ministério Público, não podendo ser declarada de ofício pelo magistrado;

b) a perempção restou configurada, gerando a extinção da punibilidade do agente, aplicando-se o princípio da disponibilidade das ações penais privadas.

c) a renúncia restou configurada, gerando a extinção da punibilidade do querelado, em respeito ao princípio da oportunidade das ações penais privadas;

d) o perdão do ofendido restou configurado, gerando a extinção da punibilidade do querelado, independentemente de sua concordância;

Questão 34) Marque a alternativa incorreta tendo por base a jurisprudência pacificada no âmbito dos tribunais superiores e as recentes alterações promovidas pelo denominado Pacote Anticrime:

a) a ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada.

b) a homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

c) é concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

d) a partir da Vigência da Lei 13.964/2019, a ação penal em relação ao crime de Estelionato, em determinadas circunstâncias, passou a ser condicionada à representação.